

# Presença do Historiador nos Estudos de Relações Internacionais

Clodoaldo Bueno

**Como citar:** BUENO, C. Presença do Historiador nos Estudos de Relações Internacionais. *In:* AGUILAR, S. L. C.; ALBRES, H. M. (org.). **Relações Internacionais:** pesquisa, práticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 15-27. DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-240-6.p15-27>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## PRESENÇA DO HISTORIADOR NOS ESTUDOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Clodoaldo Bueno*

No início dos anos 1980 publiquei pequeno texto sobre “História e teoria das relações internacionais: nota conceitual”, numa época em que esta área era pouco cultivada na academia. Nas duas últimas décadas, nomeadamente, as Relações Internacionais ganharam projeção nas universidades e na grande mídia nacional e internacional. Mesmo assim, algumas das questões que levantei na ocasião, sobretudo no que se refere às fontes, ainda persistem. Na presente comunicação retomo algumas delas, adaptadas ao tempo e à circunstância, procurando não fugir dos objetivos desta mesa. Cumpre-me consignar que o Prof. Antonio Carlos Lessa, da Universidade de Brasília, contribuiu para a manutenção de meu interesse pelo tema, o que se traduz na promessa de produzir, mais adiante, um texto conceitualmente abrangente destinado aos estudantes de graduação.

## A DELIMITAÇÃO DOS CAMPOS

Sem querer entrar fundo no debate acerca da autonomia das Relações Internacionais como disciplina, será necessário traçar, mesmo que resumidamente, seu histórico a fim de aclarar alguns conceitos e vislumbrar os limites da atuação do historiador e do cientista político.

A História Diplomática corporificou-se no século XIX como evolução da História dos Tratados (que remonta ao século XVI) e adquiriu notável vigor após a Primeira Guerra, em virtude do esforço desenvolvido pelos historiadores na busca das “causas” do conflito. A História Diplomática abrangia, além do estudo específico das guerras, tudo o que fosse de ordem estritamente internacional: os atos emanados das chancelarias, eventos como as conferências, e os tratados (MEDINA, 1973, p. 37-39).

Essa História Diplomática evoluiu para a História das Relações Internacionais, denominação hoje consagrada e sobre a qual não pairam dúvidas a respeito de seu conteúdo. Esta afirmação não implica negar a existência e a importância da História Diplomática. A diferença entre uma e outra reside no tipo de enfoque que é dado ao assunto analisado. Os limites da História Diplomática confinam-se nas atividades desenvolvidas pelas chancelarias, isto é, nas relações de Estado a Estado. Tal abordagem não satisfaz ao historiador com preocupações de totalidade, pois ela circunscreve sua análise aos acontecimentos, sem buscar os fatores profundos que os influenciam, situados em níveis inferiores aos acontecimentos. É neste sentido que a História das Relações Internacionais ultrapassa os limites do estritamente internacional.

Os estudos de história internacional tiveram grande avanço no período entre guerras graças, sobretudo, aos trabalhos de Pierre Renouvin e Arnold Toynbee. Na década de 1930, os estudos de Relações Internacionais passaram a estabelecer conexão entre política internacional e política interna e a valorizar, além da tradição, os fatores de ordem política, econômica, geográfica, demográfica, psicológica. A análise histórica deixou de cingir-se apenas ao que se passava ao nível das chancelarias para levar em alta linha de conta o que Renouvin denominou de “forças profundas”, isto é, as forças emanadas dos fatores acima enunciados e que subjazem ao evento internacional, por natureza político, de “curta duração”, na linguagem de Braudel.

Mas a História das Relações Internacionais não parou por aí. Pretende-se erigi-la em disciplina autônoma, como o fez Jean-Baptista Duroselle, discípulo de Renouvin, ao destacar a História das Relações Internacionais da História propriamente dita, atribuindo a aquela o estudo de “[...] tudo o que se refere às relações entre grupos de um a outro lado das fronteiras nacionais.” (apud MEDINA, 1973, p. 41-43). Para Duroselle, as Relações Internacionais comportam o estudo das relações entre Estados (“política exterior”) e as relações entre grupos não estatais através das fronteiras nacionais (o que ele denominou de “vida internacional”).

Outro autor francês de prestígio, Raymond Aron (1979), concebeu as relações internacionais como “relações entre nações” ou entre “unidades políticas”. Aron, todavia, reconheceu a importância da política interna na medida em que ela exerce influência sobre as relações que se processam entre as unidades políticas autônomas. Stanley Hoffman não vê possibilidade teórica de tratar os problemas internos e externos isoladamente: os objetos das relações internacionais são “[...] os fatores e atividades que afetam a política exterior e o poder das unidades básicas em que está dividido o mundo.” (HOFFMANN, 1963, p. 22, 24, 37).

Há, como se vê, certa unanimidade em estabelecer distinção entre política exterior e história das relações internacionais, atribuindo a esta, como já foi dito, caráter abrangente, para envolver as relações entre as unidades políticas, valorizando fatores de qualquer natureza, desde que tenham poder de exercer influência sobre as relações entre aquelas unidades.

Importa, nesta altura, estabelecer a distinção entre História das Relações Internacionais, campo próprio do historiador, e Teoria das Relações Internacionais ou Relações Internacionais propriamente ditas, objeto de estudo do cientista político. Não obstante a interdisciplinaridade própria da História e das Ciências Sociais, de modo especial no caso em exame, em que ocorre entrelaçamento com a História Política, impõe-se a necessidade de fazer uma tentativa de delimitação dos respectivos campos.

Para Manuel Medina, a distinção entre História das Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais é clara. Esta última ocupa-se dos fenômenos internacionais em geral, enquanto que História das Relações Internacionais oferece uma visão parcial daqueles fenômenos.

Para ele, a História das Relações Internacionais - bem assim como a política internacional e a política exterior - constitui-se em “disciplina auxiliar”, embora indispensável, para o estudo das relações internacionais (MEDINA, 1973, p. 142). Emilio Cárdenas Elorduy, neste sentido, também menciona a história “[...] como instrumento ou como enfoque no estudo da realidade internacional.” (CÁRDENAS ELORDUY, 1971, p. 7).

À Teoria compete estudar a estrutura e a evolução do conjunto da sociedade internacional, caracterizada pela integração de unidades políticas independentes e pela ausência de poder central. A sociedade internacional constitui-se em sistema e as unidades políticas, em subsistemas. Os subsistemas interagem, formando uma sociedade, na qual as relações existem não só “[...] entre os representantes das unidades políticas autônomas, mas também entre indivíduos e grupos particulares, através das fronteiras estatais.” (MEDINA, 1973, p. 150-151).<sup>1</sup>

A realidade do objeto de estudo do teórico das Relações Internacionais e do historiador destas relações é a mesma, mas existe separação conceitual entre ambos. A História ocupa-se do singular, do concreto, do irreversível, submetido à força do tempo. A teoria preocupa-se com o presente e busca o comum em situações diversas; estabelece generalizações e tipificações. Via de regra, o historiador, queira ou não, tem uma teoria que subjaz ao seu trabalho, notada na sua narrativa. O teórico adota o caminho inverso: utiliza-se da narrativa histórica para demonstrar sua teoria (MEDINA, 1973, p. 175-176).

Os cientistas políticos, não obstante reconhecerem que a História das Relações Internacionais tenha atingido, com Renouvin e Duroselle, o estágio de disciplina “autônoma” devido ao nível de seus trabalhos, em geral colocam-na numa posição subalterna, instrumento para a Teoria. Admitem a impossibilidade de o estudo teórico das Relações Internacionais prescindir da História, mas o passado é colocado numa situação idêntica a imenso laboratório a serviço da teoria, isto é, o equivalente à experimentação nas ciências naturais (CÁRDENAS ELORDUY, 1971, p. 7; MEDINA, 1973, p. 176). Assim concebida, a História das Relações Internacionais, assim como

---

<sup>1</sup> É frequente reservar o termo subsistema para os agrupamentos regionais. Assim, a expressão sistema internacional designa o conjunto da sociedade internacional e sistema nacional as unidades políticas independentes. Preferimos usar, em nossos estudos, as expressões no sentido aqui exposto por entendermos se mais lógico e porque contribui para evitar confusão.

outras disciplinas históricas, é também classificada como “auxiliar” da Teoria das Relações Internacionais (MEDINA, 1973, p. 187-188).

A este propósito, qual a posição dos dois clássicos da nossa disciplina, Renouvin e Duroselle? Cientes de que os exemplos históricos foram e são utilizados como apoio às reflexões dos teóricos, e sem negar o valor dos estudos que eles fazem, nem mesmo da utilização que é feita da História, ressaltam que

[...] em vez de procurar na história um elemento da sustentação a conceitos já elaborados, acreditamos fosse mais sensato investigar o passado, a fim de estabelecer as constatações permitidas pelo estudo dos documentos; poderemos assim, é certo, fornecer materiais ou motivos de reflexão aos teóricos das relações internacionais, mas levamos a cabo nossas pesquisas sem nos deixar guiar por este tipo de preocupações. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 7-8).

Para ambos, “é a ação dos Estados que se acha no centro das relações internacionais”. Isto porque não obstante o estudo das relações internacionais abrangerem relações entre povos e indivíduos, intercâmbio de produtos, serviços, ideias, influência de formas de civilização, tais relações não podem ser vistas de modo isolado das que existem em nível dos Estados, pois estes, no mais das vezes, é que regulam, limitam e/ou orientam tais relações. O Estado, desta forma, está no centro de suas análises: “o estudo das relações internacionais aplica-se principalmente a analisar e a explicar as relações entre comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 5-6).

A primazia do Estado não significa para os autores, contrariamente ao que à primeira vista possa parecer, confundir História das Relações Internacionais com História Diplomática. A distinção entre ambas lhes é nítida. Sem descartar o valor da segunda (que se ocupa das ações do governo), vista até mesmo como indispensável, não reconhecem, todavia, sua suficiência na construção de explicações. É necessário ir mais adiante e analisar as “condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais”, pois estas são “as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter”. A busca da identidade de tais forças não implica a desvalorização da ação do homem de Estado, pois este ao decidir ou planejar não as negligencia. Ocorre uma relação dialética, pois

elas o influenciam e lhe impõem limites a serem respeitados (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 5-6).

Ao introduzir e valorizar as “forças profundas” (podem-se, aliás, usar expressões correspondentes), corporifica-se, nos estudos elaborados pelos dois autores franceses, uma História das Relações Internacionais ao nível de disciplina elaborada e distinta da História Diplomática.

Uma constante na obra desses autores é a repulsa a qualquer tipo de explicação mecanicista. Vale a pena insistir neste ponto. Há autores que levam o mecanicismo a tal extremo que chegam a anular por completo a ação do homem de Estado, como o faz Krippendorff, para quem o sistema internacional, produto da Revolução Industrial, possui

[...] demarcação de relações e padrões de relações fixos, face aos quais a figura do grande estadista se reduziu cada vez mais à de funcionário de situações constringentes pré-determinadas, malgrado o folclore e o prestígio que o palco da política internacional pretensamente proporciona. (KRIPPENDORFF, 1979, p. 24).

Para Renouvin e Duroselle, ao contrário, “[...] estudar as relações internacionais sem levar em alta linha de conta concepções pessoais, métodos, relações sentimentais do homem de Estado, é negligenciar um fator importante, às vezes essencial.” (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 6). Nessa mesma linha antimecanicista, insistem na particularidade de cada situação concreta. A análise deve ser feita caso por caso, pois os móveis da ação variam conforme a época e o lugar, ora predominando os fatores econômicos, ora os políticos, ora os geográficos, para ficarmos nos mais gerais (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 480). Tais fatores, geralmente, não aparecem isolados, mas sim de tal maneira urdidos que não há como o analista estabelecer hierarquia entre eles ou privilegiar um sobre os restantes. Ademais, há muito a ser feito ainda em termos de história propriamente dita, não sendo permitido, em muitos casos, alçar grandes vôos teóricos devido à falta de informação (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 471-480).

Que dizer, então, no caso específico do Brasil, ainda carente de pesquisa histórica básica no campo das relações internacionais? Só depois de se empreender razoável restabelecimento do passado poder-se-á teorizar com relativa margem de segurança. Não é recomendável ao historiador –

mormente aquele que não se adapta ao trato constante com as fontes – tentar teorizar afanosamente sem o suficiente apoio em pesquisa arquivada. Sejamos um pouco modestos e não queimemos etapas com muita sofreguidão.

A partir do exposto, estão bem definidas as posições do historiador e do cientista político. O que se afigura ultrapassada é a tentativa de dar o caráter de “auxiliar” à História no momento em que se elabora uma teoria. “Ciências auxiliares” não existem. O que não se configura ciência é técnica, esta sim “auxiliar”. Esta segunda hipótese não se aplica à História por motivos que dispensam demonstração. Seria mais correto falar em interdisciplinaridade. Ao historiador das relações internacionais não é permitido ignorar os trabalhos dos teóricos das relações internacionais, mesmo porque o conhecimento do funcionamento do sistema internacional e a absorção de conceitos que eles utilizam são fundamentais para a análise do historiador. De igual modo, toda teorização em nível de Ciência Política que prescindir de uma perspectiva histórica, que não for estribada em sólida informação do passado, corre o risco de ruir ao primeiro sopro. O concreto histórico, solidamente estabelecido, pode, até, desmontar esquemas interpretativos dotados de rígida coerência interna.

No Brasil, há cerca de cinco décadas, havia ainda um ranço com a História Diplomática, que em grande medida explica o desinteresse da academia pela História das Relações Internacionais, pois, não raro, confundiam-na com a velha disciplina que cuidava da história dos tratados. Mesmo após a reforma universitária iniciada pela Lei Federal 5.540 (1968), que reestruturou os cursos de pós-graduação de modo a criar um sistema nacional, não surgiu sequer um que abrigasse uma área de concentração reservada à História das Relações Internacionais. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, ao adaptar sua pós-graduação em História ao regime novo instalou apenas duas áreas - História Econômica e História Social – que persistem até hoje. Por efeito de modismos, a História Política era relegada a segundo plano, identificada por aqui erroneamente apenas com história dos acontecimentos, dos reis, gestões presidenciais, batalhas..., uma história, enfim, desprovida de charme e importância. Assistia-se à primazia do econômico e do social na análise dos processos históricos. As poucas dissertações e teses na área de História das Relações Internacionais não tinham onde se enquadrar; eram acolhidas em área correlata ou afim com o tema analisado, como a História Econômica, Geografia ou Ciência Política.

A partir da queda do muro de Berlim e da autodissolução da União Soviética, o triunfo da economia liberal, a intensificação do processo de globalização, e a formação do MERCOSUL, o interesse pelas Relações Internacionais e pela respectiva disciplina ganhou nova dimensão, com repercussão nas universidades. Hoje existe uma plethora de cursos no país, concentrados no Sudeste, mas presentes em todas suas regiões. Os novos cursos atendem a uma demanda de grupos paulatinamente mais abrangentes, pois os assuntos internacionais, até pouco tempo discutidos em círculos restritos passaram a ser preocupação mais ou menos generalizada, na medida em que as fricções internacionais localizadas carregam em potencial o perigo da internacionalização.

Até a passagem da década de 1980 para 1990 a bibliografia brasileira sobre relações internacionais era escassa. Em termos de manuais, havia apenas dois disponíveis só em bibliotecas, os de Hélio Vianna e Delgado de Carvalho, de boa qualidade, mas centrados nas questões de limites e nos grandes conflitos internacionais. A carência de pesquisa em História das Relações Internacionais levou, e ainda leva, não raro, ao aparecimento de textos carentes de lastro empírico, elaborados normalmente por estudiosos de fora da área. Existem artigos, algumas teses e dissertações apoiados em grande medida em textos precedentes, o que acaba induzindo seus autores a descambar para o lugar-comum ou para aceitação de conceitos, sem questionamentos ou controle, que, não obstante, por falta de algo melhor, contribuem para transformar, à custa de repetições, explicações mal fundamentadas em quase axiomas.

A falta de pesquisa histórica documental contribui para o surgimento de análises descoladas da realidade, criando-se um mundo que só existe nos textos, onde se fala e se analisa com sofisticação teórica e vocabular o que poderia estar acontecendo ou que se gostaria que acontecesse. O mundo real, frequentemente, surpreende os analistas das questões internacionais do presente no momento em que surgem rupturas, quando não erupções, não esperadas. Pode, também, ocorrer que grandes vaticínios caiam por terra sem produzir os resultados que se imaginavam.

Utilizemos um exemplo. Há alguns textos de brasileiros e argentinos sobre integração regional que valorizam o tratado de 1915 envolvendo Brasil, Argentina e Chile, o famoso Tratado do ABC. Atribuem-lhe o *status* de marco na história dos países signatários. No entanto, a pesquisa cuidadosa esclarece

que o tratado nunca entrou em vigor porque seu trâmite de aprovação não foi completado. Com frequência, vincula-se o tratado de 1915 com o ABC do Rio Branco. Mas são coisas distintas. O ABC do Barão tinha objetivo diverso daquele de 1915 e não se consolidou em tratado porque ele o abandonou em razão de as relações Brasil e Argentina estarem atravessando momento difícil à época por causa da presença de Estanisláo S. Zeballos - figura de expressão da corrente argentina antibrasileira - na chefia da chancelaria do país vizinho.

O ABC de 1915, por sua vez, insere-se na conjuntura da Primeira Guerra Mundial, iniciada no ano anterior. Os Estados Unidos, ainda neutros no conflito, assinaram tratados pacifistas com vários países. O Brasil assinou com eles o vigésimo do gênero em julho de 1914. É verdade que as relações Brasil-Argentina voltaram a um ponto ótimo, sobretudo após a mediação, mesmo malograda, que ambos fizeram nas Conferências de Niágara Falls (Canadá, 18 de maio a 1º de julho de 1914), juntamente com o Chile, na crise das relações dos Estados Unidos com o México em decorrência de efeitos colaterais da revolução iniciada no país latino em 1910. Por um breve momento o ABC passou a ser um ator internacional. Na esteira de tais acontecimentos, nosso ministro das relações exteriores Lauro Müller viajou para Buenos Aires, onde assinou junto com os ministros das relações exteriores da Argentina e do Chile o Tratado Pacifista de 1915. O tratado foi ratificado pelos legislativos do Brasil e do Chile. Na Argentina, o Senado o aprovou rapidamente, mas não passou na Câmara e, portanto, o tratado não chegou a entrar em vigor.

O texto negociado era o mesmo dos tratados pacifistas que os Estados Unidos firmaram com os outros países. Segundo testemunho do embaixador da França em Buenos Aires, o governo argentino acolheu a proposta brasileira apenas por uma questão de alta cortesia, nada mais do que isso, por considerar o tratado irrelevante. No Brasil, a iniciativa de Lauro Müller recebeu severa crítica interna, chegando a ser considerada fiasco diplomático, até porque já havia tratado de arbitramento bilateral em vigor com a Argentina. Para que firmar outro da mesma natureza? - perguntava-se - que incluía também questões de guerra e de paz e envolvia o Chile. Em um tratado tripartite sempre havia a possibilidade de agrupamento de dois votos contra um. O Tratado seria inútil, portanto. E todo ato inútil em diplomacia é ato perigoso porque se tem que manifestar ao desenvolver e assumir compromissos que

não teriam a menor importância, mas que poderiam ser invocados mais tarde pela outra parte em uma situação adversa (CALÓGERAS, 1987, p. 502).

Pode-se, portanto, questionar os eventuais efeitos do tratado de 1915 na construção da amizade Brasil-Argentina. Seus efeitos podem ter sido contrários ao que se propala hoje, contrariando parte da opinião da época. No entanto, à custa de repetições e citações criou-se um mito a mais a nos induzir a equívocos de interpretação. O exemplo foi aqui trazido apenas para realçar a necessidade de o pesquisador controlar as informações que utiliza. A maneira de se fazer isso é dialogar com mais de um autor e, o que é o melhor, buscar as fontes geradas na época estudada e aferir as interpretações correntes. O alerta é necessário para se evitar atitudes temerárias tal como a de fundamentar, às vezes até um capítulo todo, em um único autor, seja por falta de acesso às fontes documentais, seja por viés ideológico ou por ser o tema pouco estudado. Infelizmente, tal comportamento de risco tem sido cada dia mais frequente na academia. O controle das fontes é, como as outras, etapa fundamental numa pesquisa histórica séria.

A distância das fontes, a ausência de espírito crítico ou a adesão ideológica frequentemente produzem danos irreparáveis à interpretação do passado, pois podem levar a negociações desvantajosas em decorrência da falta de informação histórica válida, circunstância que cria, às vezes, culpas, remorsos e retaliações entre povos. O texto histórico bem feito justifica-se por si só, mas é, também, matéria prima do cientista político, do internacionalista, do diplomata, do negociador, do jornalista. Uma vez aceito isso, pergunta-se por que ainda são relativamente escassos os bons textos de pesquisa histórica básica, apesar dos avanços do período recente?

A resposta comporta algumas explicações e estas tanto agem isoladamente quanto em conjunto. Em primeiro lugar, porque produzir um texto de história das relações internacionais é trabalhoso e apresenta dificuldades próprias que afugentam aqueles que estão à procura do tema certo, com bibliografia disponível, fontes mapeadas e um orientador à disposição. Dificuldades existem em qualquer pesquisa, mas vencê-las é edificante, pois dá ao pesquisador sensação de vitória e disposição para fazer o melhor. Entre aquelas dificuldades, a que mais espanta o iniciante diz respeito ao acesso às fontes. No que se refere ao Arquivo Histórico do Itamaraty o que se diz é mais mito do que realidade. O arquivo é bem organizado, o mais

importante da área na América Latina, conta com funcionários prestativos, embora em pequeno número. A internet abriu possibilidades inimagináveis para o pesquisador. Há inúmeros arquivos, cujos documentos estão, no todo ou em parte, digitalizados.

Outra demanda que o trabalho em relações internacionais impõe a quem a ele se dedica é a aquisição de boa cultura na área de História, pois será impossível chegar a bom termo sem conhecer os processos históricos internos. Isto é exigência da moderna história das relações internacionais, pois não existe política externa que não seja face interna da mesma realidade. E o Estado é o principal ator do meio internacional.

### **OS PASSOS RECENTES**

Na História, as questões do passado e do presente estão imbricadas. Os assuntos internacionais atuais que chamam a atenção da opinião pública provocam demandas de especialistas e, assim, o historiador acaba adquirindo, tanto quanto o cientista político e o internacionalista, oportunidade de socializar seus conhecimentos e opiniões na grande mídia. Vários historiados foram docemente capturados por ela e dela não mais se apartaram. O historiador que se rende à sedução da mídia, com frequência perde seu recato intelectual para se tornar uma espécie de “clínico geral” nas relações internacionais, falando e escrevendo sobre tudo desde às questões do Oriente Médio aos problemas de integração.

Em termos de perspectivas, só gostaria de chamar atenção para a carência de estudos históricos sobre as relações bilaterais do Brasil com seus vizinhos. Tem saído livros de boa qualidade – como são, por exemplo, os de Francisco Doratioto sobre Brasil-Paraguai – mas é um campo ainda em aberto, no qual persistem lacunas. O desconhecimento da alma, dos conceitos políticos e culturais das nações com as quais se trata põem nossos negociadores em desvantagem.

Os norte-americanos deram-nos exemplo quando estimularam os estudos sobre o Brasil a partir de 1964, nomeadamente. Patrocinaram teses sobre nosso país, sobretudo as dos chamados “brasilianistas” e criaram centros de documentação brasileira. Não há melhor maneira de se conhecer determinado povo do que estudar sua história. Esta ensina muito, por vezes

até permitindo conhecer-lhe o comportamento, que reflete visões de mundo e idiossincrasias. No Brasil, até por preconceito ou falta de modismo, deixou-se de estudar a história de países do continente, com os quais se mantiveram e mantêm relações bilaterais relevantes. Até recentemente pouco se estudava nas universidades brasileiras, nas disciplinas de História da América, a história dos Estados Unidos em prol da ênfase na história da América de fala espanhola, em parte explicada por razões românticas, indicando um distanciamento emocional daqueles. Os estudantes de graduação terminavam seus cursos mais bem informados, por exemplo, sobre a história da Venezuela, Colômbia, Nicarágua, Cuba e seus movimentos políticos, do que sobre os Estados Unidos, país hegemônico do continente e nosso principal parceiro internacional desde fins do século XIX. O funcionamento detalhado da democracia americana, com seu bipartidarismo de fato, interessa-nos de perto, pois suas mudanças internas afetam nossas relações bilaterais em mais de um sentido.

Estudar a história de determinado país não significa estar a lhe dar provas de amor. Procurar entender o processo da Independência norte-americana, nos seus aspectos políticos e econômicos, por exemplo, não significa que se esteja adotando atitude encomiástica. Se um determinado país é um *global player* de peso ou é parceiro importante para o Brasil, devemos estudá-lo, nos aspectos político, comercial ou cultural. Felizmente, nos dias atuais têm sido dados passos promissores tanto pelo historiador quanto pelo cientista político. Nesse sentido a UNESP apresenta bom exemplo no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU), coordenado pelo Professor Tullo Vigevani, seu idealizador.

#### REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1979.
- BUENO, Clodoaldo. História das Relações Internacionais: conceituação e fontes. In: MEMÓRIA da II Semana de História. Franca: UNESP, 1981. p.117-127.
- CALÓGERAS, Pandiá. *Ideias políticas de Pandiá Calógeras*. Introdução, cronologia, nota biográfica e textos selecionados por Francisco Iglesias. Brasília, DF: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

CÁRDENAS ELORDUY, Emilio. El camino hacia la teoría de las relaciones internacionales. *Revista Mexicana de Ciencia Política*, México, n. 63, p. 5-23, jan./mar. 1971.

DUROSELLE, Jean-Baptiste (Dir.). *La politique étrangère et ses fondements*. Paris: A. Colin, 1954.

HOFFMANN, Stanley H. *Teorías contemporáneas sobre las relaciones internacionales*. Tradução espanhola de M. D. Lopez Martinez. Madrid: Tecnos, 1963.

KRIPPENDORFF, Ekkhart. *História das relações internacionais*. Tradução de A. Zilhão. Lisboa: Antídoto, 1979.

MEDINA, Manuel. *La teoría de las relaciones internacionales*. Madrid: Seminários y Ediciones, 1973.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia, 1967.